

## **A noção de discente no atual Plano Nacional da Pós-Graduação (PNPG 2011-2020)**

KARINE SEFRIN SPERONI<sup>1</sup>; MARIA MANUELA ALVES GARCIA<sup>2</sup>;

<sup>1</sup> *Doutoranda em Educação PPGE/FAE/UFPEl – e-mail: kakasperoni@gmail.com*

<sup>2</sup> *PPGE/FAE/UFPEl – e-mail: garciamariamaneula@gmail.com*

### **1. INTRODUÇÃO**

Ao longo de sua instituição, expansão e consolidação a Pós-Graduação *stricto sensu* foi guiada por seis planos nacionais. Um destes planos não se constituiu enquanto documento público. Os demais planos demarcam os movimentos do Estado na produção de sensibilidades discentes necessárias à consolidação de um Sistema Nacional de Pós-Graduação. Hoje observamos a partir do atual Plano Nacional da Pós-Graduação (PNPG-2011-2020) que este sistema é percebido como uma das principais alavancas para o desenvolvimento científico e tecnológico do país.

É em meados da década de setenta do século passado, com o surgimento do I Plano Nacional da Pós-Graduação, que este nível de ensino valendo-se de tecnologias de poder passa a compor uma arte de governo que incide no investimento na vida de um tipo de população, capaz de gerir e produzir ciência e tecnologia para o país. É na fabricação desta população discente, sobretudo de futuros doutores, que as tecnologias de Estado passam a operar por meio de táticas, cálculos e estratégias de poder diversas. Os objetivos do primeiro Plano consistiam na formação para a docência do ensino superior e na formação de pesquisadores. As estruturas que observamos na pós-graduação hoje possuem suas raízes neste contexto. No entanto, em algum momento da trama histórica, o investimento na formação de pesquisadores passa a ser entendido como essencial ao progresso nacional.

Com base em uma revisão de literatura na área da Educação percebeu-se a escassez de pesquisas que objetivam discutir a fabricação de subjetividades no contexto contemporâneo da pós-graduação, tendo como objeto as políticas que a instituem (Speroni e Garcia, 2015). Portanto, considerando a relevância desta temática, este estudo problematiza a noção de discente emergente no atual Plano Nacional da Pós-Graduação (PNPG 2011-2020). Cabe salientar que este trabalho inspira-se nos estudos foucaultianos. Além disto, filia-se ao Programa de Pós-Graduação em Educação, à Linha de Pesquisa intitulada Currículo, Profissionalização e Trabalho Docente. Mais particularmente, este estudo relaciona-se a Tese em desenvolvimento nessa Linha, que tem como objetivo: investigar as implicações e efeitos das políticas contemporâneas para a pós-graduação nos processos de formação e subjetivação de doutorandos de três programas de pós-graduação em educação do Rio Grande do Sul.

### **2. METODOLOGIA**

Com base no estudo documental do atual Plano Nacional da Pós-Graduação (PNPG 2011-2020) procuro perceber como o discente pós-graduando é enunciado. Este estudo tem como subsídio teórico metodológico a noção de discurso provida dos estudos foucaultianos, sobretudo da analítica abordada por

Michel Foucault na obra “A arqueologia do saber” (2008) e suas considerações sobre o discurso proferidas em aula publicada em “A ordem do discurso” (2010).

Sob a perspectiva dos estudos de Michel Foucault, o discurso é considerado marca de nosso tempo, ou seja, é produzido em dado momento porque obteve condições de possibilidade para que fosse possível ser proferido, dito, significado, explicitado. Os regimes de verdade são compreendidos como arranjos os quais subsidiam que determinada coisa seja dita ou não dita sob certo modo e não outro. Os discursos possuem íntima relação com a verdade, o saber e o poder. Nas palavras do autor, o discurso é da ordem da guerra (2010). Discursos são práticas sociais e os documentos, ao enunciarem determinados modos de ser e agir produzem tipos e formas de subjetividade (Ball, 2005;2010; Foucault, 2008; 2010).

O movimento de análise desenvolvido neste estudo partiu da extração de excertos do atual PNPG (2011-2020). Além de perceber como o discente passa a ser enunciado, neste estudo observo quais habilidades são incentivadas na formação dos discentes pós-graduandos. Ao estudar a conjuntura histórica busco perceber as condições de possibilidade e como o investimento na formação e na subjetividade torna-se objeto central da política de Estado voltada à pós-graduação *stricto sensu* na atualidade.

### 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Procuro compreender como as políticas para a pós-graduação *stricto sensu* materializadas nos planos nacionais compõem uma racionalidade de Estado que investe na vida da população de pós-graduandos. No contexto da pós-graduação há a produção de uma população discente, futuros cientistas e profissionais de alto nível, incentivada a promover e desenvolver a ciência e tecnologia no país atendendo aos objetivos de desenvolvimento econômico e social brasileiro.

Ao observar as etapas de constituição histórica do Sistema Nacional de Pós-Graduação percebe-se que, a partir do terceiro Plano, há a indução de uma forte relação com o setor produtivo. Os objetivos da pós-graduação *stricto sensu* passam a ser modificados segundo o movimento de modernização de caráter neoliberal no país (Brasil, 2010; Machado e Alves, 2005; Saviani, 2000). A partir deste contexto a figura do pesquisador é chamada a contribuir com o avanço, o desenvolvimento, o progresso, a expansão do mercado, ou seja, com o progresso econômico e social. Emerge na cena discursiva este sujeito necessário às transformações sociais e econômicas de nosso país. Nesta conjuntura, a pós-graduação passa a ser significada em um contexto que visa torná-la útil a um projeto de desenvolvimento nacional.

No atual PNPG (2011-2020) a aproximação ao padrão internacional é enunciada como principal fundamento. A pós-graduação passa a ser fonte de investimento do Estado em face dos benefícios que as pesquisas científicas podem oportunizar ao desenvolvimento do país e à sua competitividade no cenário internacional. No documento observa-se que é favorecida a introdução de empresas no financiamento de pesquisas no contexto das universidades públicas (Sguissardi e Silva Júnior, 2009), principalmente em áreas que desenvolvem pesquisas experimentais e/ou aplicadas, e ainda nas que primam pelo desenvolvimento de produtos rentáveis ao mercado, como por exemplo, os tecnológicos.

O investimento na ciência e tecnologia é enunciado como potência de melhoria da vida humana. Também vemos o enfoque na produção de cidadãos

científicos e, para tanto, há o forte investimento nos jovens e crianças, através do estímulo ao estreitamento das relações com a Educação Básica. O cidadão necessário precisa ter conhecimentos científicos para mudar o seu entorno. Isto ocorre em uma conjuntura do neoliberalismo em expansão, de globalização e do acirramento da concorrência do mercado internacional, o que intensifica uma lógica de governo que ao investir na educação age na fabricação de capital humano. O investimento na vida passa a incentivar a excelência do desempenho. Percebemos estes aspectos de forma significativa no campo das políticas para a pós-graduação no Brasil. Um exemplo, são os sistemas de avaliação implementados como uma inovação, baseados na quantificação da produção científica e na comparação entre os pares, uma vez que esses sistemas estão centrados na excelência da performance (Ball, 2005; 2010).

Isto se percebe no atual PNPG quando o discente é enunciado como aquele que deve possuir dedicação exclusiva à pesquisa científica, aos processos de progressão da ciência e tecnologia para fazer frente ao projeto de desenvolvimento do país. O discente é aquele que deve possuir formação de alto nível, possuir habilidades que garantam a continuidade do sistema, uma vez que para seu ingresso já foi selecionando como um sujeito dotado de capacidades e competências de alto nível de conhecimento. Trata-se de uma subjetividade incentivada a ser empreendedora, produtora de ciência e tecnologia.

Ao longo do documento do atual PNPG há um forte movimento de destacar a relação entre setor público e privado. Conforme Sguissardi e Silva Júnior (2009) destacam, os valores de mercado atravessam o contexto universitário e vêm produzindo efeitos nos modos de trabalho desenvolvidos nesse cenário. Estas transformações do espaço público da pós-graduação são incentivadas por uma racionalidade que investe na formação científica como fonte de capital.

Como já se apontou, o atual PNPG traça uma agenda tendo como base a articulação da pós-graduação com o ensino Básico e Médio. Para o progresso da nação é necessário o investimento no sujeito desde muito cedo para que assim possa ter condições de ingresso na pós-graduação e ser produzido como um sujeito útil ao sistema. O perfil do jovem brasileiro aparece como objeto de investimento do Estado através de políticas educacionais que se articulam e integram. Conforme Feijó (2016) ressalta em seu estudo, o sujeito microempresa na atualidade é objeto de investimento nos documentos de organismos internacionais que delineiam as políticas educacionais brasileiras.

Para o progresso científico são necessários sujeitos que dominem a linguagem científica desde a mais tenra idade. O sujeito pós-graduando, sobretudo em nível de doutorado, é aquele que precisa dominar diferentes linguagens, produzir conhecimento de forma rápida e precisa em áreas específicas que possibilitarão o progresso nacional.

#### 4. CONCLUSÕES

O estudo do atual PNPG, que vigora desde dois mil e onze, possibilita problematizar que, no contexto da pós-graduação *stricto sensu*, na contemporaneidade, vem sendo incentivada a formação de pesquisadores de alto nível de excelência. Esta formação nos cursos de doutorado vem sendo considerada como uma necessidade dos tempos atuais. A pós-graduação entra como ferramenta de investimento em capital humano de excelência.

Ao tratar sobre a pós-graduação as políticas produzem-na discursivamente. Pelas racionalidades que põem em operação, as políticas produzem efeitos de verdade. Dentre estes efeitos de verdade, tem-se a fabricação de sujeitos

produtivos, pró-ativos, empreendedores de si, responsáveis e culpabilizados por seus processos de formação e de trabalho (Walter, 2016; Ball, 2005, 2010; Veiga-Neto, 2011).

## 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL, Ministério da Educação, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). **Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) 2011-2020**. Documentos Setoriais. Volume II. Brasília, DF, CAPES; dezembro de 2010.

BALL, Stephen. Profissionalismo, gerencialismo e performatividade. **Cadernos de Pesquisa**, v. 35, n. 126, p. 539-564, set./dez. 2005.

\_\_\_\_\_. Performatividades e Fabricações na Economia Educacional: rumo a uma sociedade performativa. **Educação e Realidade**. 35(2): 37-55 maio/ago, 2010.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2008.

\_\_\_\_\_. **A ordem do discurso**. Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. Edições Loyola. 20ª edição, 2010.

MACHADO, Ana Maria Netto; ALVES, Vania. Caminhos ou (des)caminhos da pós-graduação stricto sensu em educação no Brasil. **28ª Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd)**, 2005. Disponível em: <http://28.anped.org.br>. Acesso em 20 de maio de 2014.

SAVIANI, Dermeval. A Pós-Graduação em Educação no Brasil: trajetória, situação atual e perspectivas. **Revista Diálogo Educacional**, v.1, n.1, 2000.

SPERONI, Karine Sefrin; GARCIA, Maria Manuela Alves. Breve análise dos estudos sobre a temática da pós-graduação. **Anais do XIX Encontro de Pós-Graduação/UFPEL**, 2015. Disponível em: <http://wp.ufpel.edu.br/enpos/anais/anais2015/>. Acesso em 04 de outubro de 2017.

SGUISSARDI, Valdemar; SILVA JÚNIOR, João dos Reis. **Trabalho Intensificado nas Federais**: pós-graduação e produtivismo acadêmico. São Paulo, Xamã, 2009.

WALTER, Bruno Eduardo Procopiuk. A captura do tempo e a constituição do sujeito pesquisador. **Educação Unisinos**. 20(2):245-253, maio/agosto 2016.

VEIGA-NETTO, Alfredo. Governamentalidades, neoliberalismo e educação. **Foucault Filosofia & Política**. Org. Guilherme Castelo Branco e Alfredo Veiga-Netto. Belo Horizonte: Auêntica Editora, 2011 (Coleção Estudos Foucaultianos).